

1. A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, “Petrobras” ou a “Companhia” ou “Sistema Petrobras”), à pesquisa, lavra, refino, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1) e não apresentam diferenças em relação às consolidadas. O ativo diferido foi integralmente amortizado em 31 de dezembro de 2014. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado são demonstradas na nota explicativa 4.1.

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da Companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual. Esta reclassificação não afetou o resultado e patrimônio líquido da Companhia e está detalhada na nota explicativa 7.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de novembro de 2015, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

2.1. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, amortização e depleção, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social, perdas em crédito de liquidação duvidosa, *hedge accounting*, *impairment* e baixa de gastos capitalizados indevidamente. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2014, uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a baixa, veja nota 3 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e não acredita que novas informações oriundas das investigações da “Operação Lava Jato” pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante a metodologia adotada para constituição da baixa registrada em 30 de setembro de 2014. Não obstante esta expectativa, a Companhia tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados, não identificando, até o momento, nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

Em 13 de maio de 2015 e 25 de agosto de 2015, a Companhia recebeu os valores de R\$ 157 e R\$ 73, respectivamente, referente ao montante repatriado de Pedro José Barusco Filho (ex-Gerente Executivo de Serviços). A recuperação destes recursos ocorreu através do acordo de colaboração premiada.

Os valores recuperados no montante de R\$ 230 foram registrados como outras despesas, líquidas (ressarcimento de gastos adicionais capitalizados indevidamente). À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber ao menos uma parte de tais montantes, como estes devolvidos.

A nota explicativa 29 apresenta informações sobre os processos judiciais materiais da Companhia, incluindo aqueles relacionados com a Lava Jato.

4. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da Petrobras e de suas controladas, operações em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

A Companhia não apresentou alterações significativas no conjunto de empresas consolidadas no período findo em 30 de setembro de 2015.

As principais vendas e incorporações de ativos são apresentadas na nota explicativa 9.

4.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	30.09.2015	31.12.2014	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Consolidado - IFRS	290.982	310.722	411	5.038
Patrimônio de acionistas não controladores	(1.543)	(1.874)	1.691	(25)
Despesas diferidas líquidas de IR ^(*)	–	–	–	(69)
Controladora - CPC	289.439	308.848	2.102	4.944

^(*) O saldo de despesas diferidas foi integralmente amortizado até 31 de dezembro de 2014.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Caixa e bancos	2.946	1.884
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	10.589	5.311
Outros fundos de investimentos	157	107
	10.746	5.418
- No exterior		
Time deposit	52.689	23.110
Auto Invest e contas remuneradas	23.375	9.491
Outras aplicações financeiras	10.114	4.336
	86.178	36.937
Total das aplicações financeiras de curto prazo	96.924	42.355
Total de caixa e equivalentes de caixa	99.870	44.239

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

Títulos e valores mobiliários	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Para negociação	4.366	–	4.366	7.146	–	7.146
Disponíveis para venda	3	8	11	6	50	56
Mantidos até o vencimento	284	59	343	270	17.581	17.851
	4.653	67	4.720	7.422	17.631	25.053
Circulante	4.366	13	4.379	7.146	17.617	24.763
Não circulante	287	54	341	276	14	290

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros e os títulos mantidos até o vencimento referem-se principalmente a aplicações no exterior em *time deposits* realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Clientes		
Terceiros	28.815	26.620
Partes relacionadas (*)	15.896	11.015
Outras	4.704	5.322
	49.415	42.957
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(11.243)	(8.956)
	38.172	34.001
Circulante	21.155	21.167
Não circulante	17.017	12.834

(*) Composto por empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, setor elétrico e contas petróleo e álcool, conforme nota explicativa 18.

A Companhia passou a classificar em 2015, a bonificação por desempenho de clientes em outros ativos realizáveis a longo prazo, visando proporcionar uma melhor apresentação das contas a receber (antes apresentada em contas a receber, líquidas no ativo não circulante), alinhado com a prática de mercado. Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, houve a reclassificação do montante de R\$ 1.607 no consolidado.

7.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Até 3 meses	984	2.186
De 3 a 6 meses	1.708	472
De 6 a 12 meses	2.012	480
Acima de 12 meses	6.356	4.866
	11.060	8.004

7.3. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Saldo inicial	8.956	3.293
Adições	3.834	5.801
Baixas	(222)	(5)
Reversões	(2.076)	(318)
Ajuste Acumulado de Conversão	751	185
Saldo final	11.243	8.956
Circulante	5.626	3.845
Não circulante	5.617	5.111

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Consolidado						
	Em 31.12.2014	Faturamen- to	Recebimen- tos	Reversão	Transferên- cias ^(*)	Atualização Monetária	Em 30.09.2015
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)							
Amazonas Distrib. De Energia	5.984	2.005	(1.757)	–	3.185	796	10.213
Centrais Elétricas de Rondônia	1.251	1.081	(469)	–	–	132	1.995
Outros	644	517	(456)	–	–	47	752
Contas a receber do Sistema Eletrobrás	7.879	3.603	(2.682)	–	3.185	975	12.960
(-) PCLD	(873)	(777)	–	92	(1.006)	–	(2.564)
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobrás	7.006	2.826	(2.682)	92	2.179	975	10.396
Terceiros							
Cigás	3.806	1.697	(825)	–	(3.185)	90	1.583
Cia de Eletricidade do Amapá	645	201	(58)	–	–	–	788
Outros	464	943	(1.020)	–	–	15	402
Contas a receber de Terceiros	4.915	2.841	(1.903)	–	(3.185)	105	2.773
(-) PCLD	(3.672)	(370)	–	1.688	1.006	–	(1.348)
Contas a receber líquido de Terceiros	1.243	2.471	(1.903)	1.688	(2.179)	105	1.425
<hr/>							
Total do Contas a receber	12.794	6.444	(4.585)	–	–	1.080	15.733
(-) PCLD	(4.545)	(1.147)	–	1.780	–	–	(3.912)
Total do Contas a receber líquido	8.249	5.297	(4.585)	1.780	–	1.080	11.821

(*) A Cigás cedeu à Petrobras créditos que possuía junto à Amazonas Distribuidora de Energia, conforme contrato comercial.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico referentes ao fornecimento de óleo combustível, gás natural, energia, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIEs) localizados na região norte do país, no total de R\$ 15.733 (R\$ 12.794 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$ 13.511 foram classificados no ativo não circulante.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica.

Em 2013, uma nova legislação introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados. A cobertura dos subsídios passou a ocorrer por meio do fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e não somente por arrecadação direta de quotas da CCC. Com isto, o Tesouro Nacional deveria efetuar aportes para cobertura das despesas que antes eram supridas unicamente pela CCC. Estes aportes, no entanto, se mostraram reduzidos e insuficientes frente ao montante necessário para a cobertura dos gastos operacionais das térmicas.

Em 2014, o fluxo de pagamento antes existente envolvendo repasse dos recursos da CCC, que já era insuficiente para cobrir os custos de aquisição dos combustíveis, reduziu significativamente. Com o crescente aumento dos débitos das térmicas do sistema isolado, a Companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIEs, empresas privadas e controladas da Eletrobras. Diante do cenário e com a participação direta do Ministério das Minas e Energia, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de R\$ 8.601, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R\$ 7.380 possuíam garantia real em 7 de maio de 2015 (R\$ 6.084 em 31 de dezembro de 2014).

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A partir do início de 2015, com a mudança legal e a introdução da nova política tarifária para o setor elétrico, incluindo aumentos já praticados no primeiro trimestre, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das empresas do setor e, por conseguinte, a redução da inadimplência relativa ao fornecimento de combustíveis a partir do segundo trimestre, o que de fato não ocorreu. Em função do tempo necessário para que o aumento do valor das contas de energia elétrica dos consumidores finais das distribuidoras de energia elétrica proporcione o equilíbrio financeiro dessas empresas, o fluxo de recomposição de recursos da CCC está ocorrendo de forma mais lenta, o que vem atrasando os reembolsos pelos custos de aquisição dos combustíveis fornecidos pela Petrobras e agravando a inadimplência destes clientes perante a Companhia.

Entretanto, com a publicação em 1º de setembro de 2015 da Resolução Normativa nº 675, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), espera-se uma maior celeridade na liberação dos recursos, devido à possibilidade de pagamento direto pela CCC à Companhia, relativo ao fornecimento de combustíveis realizado no mês imediatamente anterior e limitado a 75% da média dos desembolsos da CCC dos três últimos meses. Além disso, a Companhia vem adotando medidas restritivas para evitar o crescimento dos recebíveis, como, por exemplo, o fornecimento de produtos na modalidade de pagamento antecipado, salvo quando exigido judicialmente.

Neste contexto, a Companhia está em fase de conclusão da negociação para possibilitar a assinatura dos contratos de confissão de dívida e a celebração de novos contratos de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE no valor de R\$ 2.561, viabilizadas pela autorização governamental para a repactuação de dívida da CDE com empresas credoras da CCC, considerando as dívidas vencidas no período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de junho de 2015.

Diante do exposto e com base no julgamento da Administração, a Companhia reconheceu, no resultado de 2015, provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.147 (R\$ 4.511 em 2014), considerando os valores referentes ao fornecimento a partir de 1º de novembro de 2014 que estavam vencidos em 30 de setembro de 2015, para os quais não havia previsão de obtenção de garantia real. Adicionalmente, a Companhia reverteu, no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2015 o montante de R\$ 1.780, basicamente pela assinatura, em 7 de maio de 2015, de um novo contrato de penhor em garantia de crédito oriundo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e em função da existência de lastro financeiro retido em conta vinculada a contrato comercial.

8. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Petróleo	11.754	10.563
Derivados de petróleo	11.743	11.510
Intermediários	2.134	2.268
Gás Natural e GNL (*)	1.245	951
Biocombustíveis	457	398
Fertilizantes	152	91
	27.485	25.781
Materiais, suprimentos e outros	5.172	4.797
	32.657	30.578
Circulante	32.585	30.457
Não circulante	72	121

(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, no montante de R\$ 194 (R\$ 399 em 31 de dezembro de 2014), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. O montante acumulado de provisão reconhecido no resultado do exercício, como custo dos produtos e serviços vendidos, é de R\$ 883 no período de janeiro a setembro de 2015 (R\$ 1.112 no período de janeiro a setembro de 2014).

Parcela dos estoques de petróleo e/ou derivados foi dada como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados com a Petros, no valor de R\$ 6.367 (R\$ 6.151 em 31 de dezembro de 2014), conforme nota explicativa 21.1.

9. Vendas e incorporações de ativos

9.1. Venda de ativos

Venda de ativos na Argentina

Em 30 de março de 2015, a Petrobras Argentina S.A., PESA, alienou a totalidade de seus ativos situados na Bacia Austral, na província de Santa Cruz, para a Compañía General de Combustibles S.A. (CGC) pelo valor de US\$ 101 milhões, recebidos nesta data, sendo registrado um ganho de US\$ 77 milhões, reconhecidos em outras despesas líquidas.

Innova S.A.

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de R\$ 870, ficando a conclusão da operação sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Em 30 de outubro de 2014 a operação foi finalizada conforme previsto no contrato de compra e venda de ações, apurando um ganho de R\$ 145, reconhecido em outras despesas líquidas.

Em 31 de março de 2015, houve pagamento do ajuste de preço final, conforme estabelecido contratualmente. Nesta data, a Companhia recebeu o valor de R\$ 223, reconhecido em outras despesas líquidas.

9.2. Incorporações

Em 30 de janeiro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou as seguintes incorporações de controladas ao seu patrimônio, sem aumento do seu capital: Arembepe Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy S.A.

Essas incorporações visam simplificar a estrutura societária da Companhia, minimizar custos e capturar sinergias e não geram efeitos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Investimentos

10.1. Investimentos diretos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto e coligadas (Controladora)

	30.09.2015	31.12.2014
Controladas		
PNBV ^(*)	83.945	36.690
BR Distribuidora	11.994	11.924
Transpetro	5.118	4.738
PIB BV	3.706	1.183
PB-LOG	3.458	3.398
Gaspetro	2.625	2.593
PBIO	1.552	2.209
Citepe	1.051	1.049
Liquigás	1.032	1.017
TAG	884	6.490
PetroquímicaSuape	856	750
Araucária Nitrogenados	803	761
Termomacaé	794	813
Breitener	584	565
Termobahia	418	398
5283 Participações	344	215
Baixada Santista Energia	289	273
PBEN	277	432
Outras Controladas	114	785
Operações em conjunto	227	204
Empreendimentos controlados em conjunto	338	335
Coligadas		
Braskem	3.225	4.544
Demais coligadas	691	1.092
Controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	124.325	82.458
Outros investimentos	21	23
Total dos investimentos	124.346	82.481

^(*) Inclui aportes de capital no montante de R\$ 18.089 (US\$ 5.729) efetuados no decorrer de 2015.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.2. Investimentos (Consolidado)

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Investimentos		Equivalência	
	30.09.2015	31.12.2014	Jan-Set/ 2015	Jan-Set/ 2014
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	6.876	4.554	226	425
Braskem S.A.	3.225	4.544	1.082	296
Investidas na Venezuela	1.194	799	(3)	(11)
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	992	904	163	197
Guarani S.A.	989	1.377	(114)	(37)
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	434	433	1	23
Compañía de Inversiones de Energia S.A. - CIESA	243	181	(6)	(3)
UEG Araucária Ltda	199	194	56	63
Sete Brasil Participações	179	383	(316)	(6)
Compañía Mega S.A. - MEGA	178	83	55	9
Outras Investidas do Setor Petroquímico	176	174	34	40
Fundo de Investimentos em Participações	156	363	(289)	5
Demais empresas ^(*)	1.104	1.248	(347)	(10)
	15.945	15.237	542	991
Outros investimentos	42	45	-	-
	15.987	15.282	542	991

^(*) Inclui perdas por desvalorização de R\$ 293, conforme nota explicativa 13.2

As avaliações de recuperabilidade resultaram em perda de R\$ 676 nos investimentos da Petrobras na Sete Brasil e Fundo de Investimentos em Participações, reconhecida em resultado de participação em investimento, no resultado do exercício.

10.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	30.09.2015	31.12.2014		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Controlada indireta							
Petrobras Argentina S.A.	1.356.792	1.356.792	ON	2,91	1,72	3.948	2.334
						3.948	2.334
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	11,94	10,80	2.536	2.294
Braskem S.A.	75.793	75.793	PNA	16,67	17,50	1.263	1.326
						3.799	3.620

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores:

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 30 de setembro de 2015, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 3.799. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, em 31 de dezembro de 2014, foi realizado teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada com base em seu valor em uso, proporcional à participação da Companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, foram apresentadas na nota explicativa 14, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora	
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção ^(*)	Gastos c/exploração e desenv. produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	18.431	211.781	186.840	116.828	533.880	402.567
Adições	71	4.826	71.410	1.394	77.701	59.820
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	5.096	5.096	5.316
Juros capitalizados	-	-	8.431	-	8.431	7.793
Baixas	(23)	(132)	(9.303)	(464)	(9.922)	(9.007)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(85)	(2.842)	(2.643)	(222)	(5.792)	(4.425)
Transferências ^(***)	6.517	59.923	(86.189)	54.501	34.752	31.921
Depreciação, amortização e depleção	(1.252)	(17.409)	-	(11.500)	(30.161)	(22.081)
Impairment - constituição ^(****)	(2.370)	(3.682)	(30.997)	(7.540)	(44.589)	(34.762)
Impairment - reversão ^(*****)	-	45	-	7	52	8
Ajuste acumulado de conversão	52	7.787	3.078	625	11.542	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.341	260.297	140.627	158.725	580.990	437.150
Custo	29.160	377.259	140.627	233.808	780.854	586.684
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(7.819)	(116.962)	-	(75.083)	(199.864)	(149.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.341	260.297	140.627	158.725	580.990	437.150
Adições	595	2.763	45.441	1.151	49.950	38.354
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	(48)	(48)	57
Juros capitalizados	-	-	4.323	-	4.323	3.568
Baixas	(22)	(79)	(4.265)	(513)	(4.879)	(4.150)
Transferências	1.804	17.674	(35.544)	20.401	4.335	1.360
Depreciação, amortização e depleção	(1.173)	(14.938)	-	(10.536)	(26.647)	(19.296)
Impairment - constituição	-	(5)	(950)	(217)	(1.172)	(1.172)
Ajuste acumulado de conversão	379	33.506	12.640	4.496	51.021	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	22.924	299.218	162.272	173.459	657.873	455.871
Custo	32.403	444.941	162.272	261.688	901.304	623.575
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.479)	(145.723)	-	(88.229)	(243.431)	(167.704)
Saldo em 30 de setembro de 2015	22.924	299.218	162.272	173.459	657.873	455.871
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31) (**)		Método da unidade produzida		

^(*) Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 28.

^(**) Contempla ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

^(***) Inclui o montante de R\$ 24.419 reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa (nota explicativa 12.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014).

^(****) Para mais informações, consulte nota explicativa 14 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2015, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transferem os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 489 e de R\$ 9.221, respectivamente (R\$ 192 e de R\$ 8.979 em 31 de dezembro de 2014).

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O Ativo Imobilizado da Companhia inclui o montante de R\$ 74.808, referente aos valores pagos na aquisição dos blocos do Contrato de Cessão Onerosa.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora	
	Softwares					
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	33.690	332	1.162	937	36.121	33.289
Adições	214	94	279	–	587	478
Juros capitalizados	–	–	19	–	19	19
Baixas	(219)	(11)	(23)	–	(253)	(229)
Transferências ^(**)	(24.164)	18	22	(3)	(24.127)	(24.057)
Amortização	(84)	(120)	(312)	–	(516)	(392)
Impairment - constituição	(21)	(1)	–	–	(22)	–
Impairment - reversão	15	–	–	–	15	–
Ajuste acumulado de conversão	111	3	1	37	152	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.542	315	1.148	971	11.976	9.108
Custo	10.633	1.536	3.403	971	16.543	12.051
Amortização acumulada	(1.091)	(1.221)	(2.255)	–	(4.567)	(2.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.542	315	1.148	971	11.976	9.108
Adições	40	38	176	–	254	199
Juros capitalizados	–	–	13	–	13	13
Baixas	(302)	–	(5)	–	(307)	(71)
Transferências	(3)	11	41	–	49	166
Amortização	(57)	(79)	(222)	–	(358)	(275)
Impairment - constituição	(91)	–	–	–	(91)	–
Ajuste acumulado de conversão	429	9	5	154	597	–
Saldo em 30 de setembro de 2015	9.558	294	1.156	1.125	12.133	9.140
Custo	10.583	1.672	3.702	1.125	17.082	12.340
Amortização acumulada	(1.025)	(1.378)	(2.546)	–	(4.949)	(3.200)
Saldo em 30 de setembro de 2015	9.558	294	1.156	1.125	12.133	9.140
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

^(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

^(**) Inclui o montante de R\$ 24.419, reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado, em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa (nota explicativa 12.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014).

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos com data base em 31 de dezembro de cada exercício ou quando existir um indicativo de desvalorização.

Considerando o novo plano de negócios e gestão - PNG, no horizonte de 2015 a 2019, que indicou a redução da carteira de investimento, em relação ao PNG anterior, fez-se necessário avaliar a existência de indicativo de desvalorização de ativos por conta da exclusão e postergação de projetos do novo plano em 30 de junho de 2015.

A Companhia não identificou evidências de perda por recuperabilidade de ativos em 30 de setembro de 2015.

13.1. Imobilizado e Intangível

Na avaliação de recuperabilidade desses ativos imobilizados e intangíveis com indício de desvalorização, a Companhia priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (individualmente, ou agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) pós imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 5.2 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Não foram identificados projetos postergados que implicassem em desvalorização de ativos ou unidades geradoras de caixa.

Entretanto, frente a estas novas circunstâncias, os projetos excluídos do horizonte do PNG 2015 - 2019 foram retirados das Unidades Geradoras de Caixa, as quais pertenciam em 31 de dezembro de 2014 (não apresentando indicativos de perda por desvalorização).

Em 30 de junho, com base nas novas avaliações dos referidos ativos (de forma individual), foram constituídas provisões para perda por desvalorização de R\$ 1.286, reconhecidas como outras despesas líquidas conforme apresentado a seguir:

Ativo ou UGC, por natureza	Perda por desvalorização	Segmento
Unidade de fertilizantes Nitrogenados UFN-V	585	Gás e Energia
Ativos do segmento do Abastecimento	364	Abastecimento
Campos de Produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGC's) e venda de ativos ^(*)	246	E&P, Brasil
Bônus de Assinatura (Intangível) - PAI	91	E&P, Internacional
	1.286	

^(*) Inclui impairment de R\$ 25 do ativo imobilizado, além de R\$ 23 de contas a receber, referentes à venda dos campos Bijupirá e Salema.

A Companhia avaliará a destinação desses ativos nos próximos meses, considerando as possibilidades de: (i) aproveitamento de bens alocados aos empreendimentos; (ii) desinvestimentos; (iii) busca de parceiros; ou (iv) baixa efetiva.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.2. Investimentos

A avaliação dos investimentos resultou no reconhecimento de perda por desvalorização de R\$ 167 no segmento de biocombustível decorrente da decisão de exclusão de projeto em andamento no horizonte do PNG 2015-2019. Adicionalmente, as avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas da PNBV resultaram em uma perda de R\$ 126 nas investidas Copacabana Drilling B.V., Grumari Drilling B.V., Ipanema Drilling B.V., Leblon Drilling B.V., Leme Drilling B.V. e Marambaia Drilling B.V., controladas indiretamente pela Sete Brasil.

A perda por desvalorização de R\$ 293 foi reconhecida em resultado de participação em investimento, no resultado do exercício.

14. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ^(*)	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Imobilizado		
Saldo inicial	18.594	20.619
Adições	5.610	10.039
Baixas	(2.439)	(3.145)
Transferências	(2.116)	(9.300)
Ajustes acumulados de conversão	780	381
Saldo final	20.429	18.594
Intangível	8.059	8.085
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	28.488	26.679

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	1.046	1.304
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	3.418	4.262
Outras despesas exploratórias	173	76
Total das despesas	4.637	5.642
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	1.219	1.380
Investimentos	6.752	8.577
Total	7.971	9.957

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Fornecedores

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Terceiros no País	12.205	13.146
Terceiros no Exterior	12.476	11.262
Partes relacionadas	1.960	1.516
Saldo total no Passivo Circulante	26.641	25.924

16. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos, bem como à construção e ampliação de unidades industriais, dentre outros usos diversos.

A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (*covenants*), dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do financiamento. A apresentação das demonstrações contábeis nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado				
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total
Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2014	–	67.935	2.837	114	70.886
Ajuste acumulado de conversão	–	133	–	–	133
Adições de Financiamentos	–	10.130	800	–	10.930
Juros incorridos no período	–	474	–	–	474
Variações monetárias e cambiais	–	2.518	192	3	2.713
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	–	(3.395)	(373)	(43)	(3.811)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	–	77.795	3.456	74	81.325
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2014	13.599	63.034	99.730	1.618	177.981
Ajuste acumulado de conversão	1.154	7.711	16.921	135	25.921
Adições de Financiamentos	665	15.633	32.542	–	48.840
Juros incorridos no período	9	50	108	18	185
Variações monetárias e cambiais	250	1.004	(3.392)	50	(2.088)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(1.747)	(8.018)	(2.979)	(98)	(12.842)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	13.930	79.414	142.930	1.723	237.997
Saldo total em 31 de dezembro de 2014	13.930	157.209	146.386	1.797	319.322
Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	–	77.795	3.456	74	81.325
Ajuste acumulado de conversão	–	505	–	–	505
Adições de Financiamentos	–	15.245	3.512	–	18.757
Juros incorridos no período	–	713	1	–	714
Variações monetárias e cambiais	–	10.225	195	4	10.424
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	–	(3.786)	(287)	(11)	(4.084)
Saldo final em 30 de setembro de 2015	–	100.697	6.877	67	107.641
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	13.930	79.414	142.930	1.723	237.997
Ajuste acumulado de conversão	5.023	35.414	66.176	639	107.252
Adições de Financiamentos	501	15.241	6.283	–	22.025
Juros incorridos no período	9	87	107	18	221
Variações monetárias e cambiais	1.464	5.924	(2.350)	193	5.231
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(2.028)	(10.565)	(14.615)	(109)	(27.317)
Saldo final em 30 de setembro de 2015	18.899	125.515	198.531	2.464	345.409
Saldo total em 30 de setembro de 2015	18.899	226.212	205.408	2.531	453.050

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Circulante		
Endividamento de Curto Prazo	8.548	9.253
Parcela Circulante de Endividamento de Longo Prazo	39.117	18.182
Juros Provisionados	5.667	4.088
	53.332	31.523

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	Consolidado						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total (*) Valor justo
Financiamentos em Reais (R\$):	2.811	7.549	6.689	8.093	13.528	41.896	80.566 68.105
Indexados a taxas flutuantes	1.990	6.575	4.882	6.314	11.787	35.072	66.620
Indexados a taxas fixas	821	974	1.807	1.779	1.741	6.824	13.946
Taxa média dos Financiamentos	12,5%	13,8%	15,8%	14,0%	13,2%	11,0%	12,4%
Financiamentos em Dólares (US\$):	12.971	38.614	34.875	40.216	67.161	148.300	342.137 259.836
Indexados a taxas flutuantes	11.990	19.398	20.319	30.561	47.824	53.747	183.839
Indexados a taxas fixas	981	19.216	14.556	9.655	19.337	94.553	158.298
Taxa média dos Financiamentos	2,4%	4,0%	4,3%	3,9%	4,1%	5,8%	4,8%
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	261	1.570	2.800	2.794	2.784	24.329	34.538 27.630
Indexados a taxas flutuantes	25	92	92	86	76	216	587
Indexados a taxas fixas	236	1.478	2.708	2.708	2.708	24.113	33.951
Taxa média dos Financiamentos	7,1%	7,1%	7,0%	7,1%	7,0%	7,0%	7,0%
Financiamentos em Libras (£):	209	168	–	–	–	10.304	10.681 6.961
Indexados a taxas fixas	209	168	–	–	–	10.304	10.681
Taxa média dos Financiamentos	5,7%	5,7%	–	–	–	6,0%	6,0%
Financiamentos em Ienes:	954	1.561	375	340	–	–	3.230 3.161
Indexados a taxas flutuantes	176	339	339	339	–	–	1.193
Indexados a taxas fixas	778	1.222	36	1	–	–	2.037
Taxa média dos Financiamentos	1,0%	1,8%	0,7%	0,6%	–	–	1,3%
Financiamentos em Euro:	160	803	48	12.196	5.787	16.195	35.189 26.230
Indexados a taxas flutuantes	23	47	46	46	46	694	902
Indexados a taxas fixas	137	756	2	12.150	5.741	15.501	34.287
Taxa média dos Financiamentos	3,2%	3,6%	1,8%	3,8%	3,9%	4,4%	4,1%
Financiamentos Outras Moedas:	39	2	–	–	–	–	41 41
Indexados a taxas fixas	39	2	–	–	–	–	41
Taxa média dos Financiamentos	14,4%	15,3%	–	–	–	–	14,5%
Total em 30 de setembro de 2015	17.405	50.267	44.787	63.639	89.260	241.024	506.382 391.964
Taxa média dos financiamentos	4,1%	5,5%	6,2%	5,3%	5,6%	6,7%	6,1%
Total em 31 de dezembro 2014	31.523	33.397	31.742	47.254	64.252	142.677	350.845 325.946

(*) Em 30 de setembro de 2015, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,49 anos (6,10 anos em 31 de dezembro de 2014).

Os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de preços cotados em mercados ativos (nível 1), quando aplicável, no valor de R\$ 166.509 em 30 de setembro de 2015. Quando não há preços cotados em mercado ativo disponível, os valores justos dos financiamentos são determinados por meio de uma curva teórica elaborada com base nos *Bonds* de maior liquidez da Companhia (nível 2), no valor de R\$ 225.455 em 30 de setembro de 2015.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 31.2.

16.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 4,99% a.a. no período de janeiro a setembro de 2015 (4,29% a.a. no período de janeiro a setembro de 2014).

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.3. Captações - Saldo a utilizar

Empresa	Contratado	Utilizado	Saldo a utilizar
No exterior (Valores em US\$ milhões)			
PGT	500	–	500
Petrobras	1.500	–	1.500
No país			
Transpetro	10.060	3.705	6.355
Petrobras	3.182	2.574	608
PNBV	9.878	1.467	8.411

16.4. Garantias

As instituições financeiras não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Petrobras. Excepcionalmente, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos de fomento, que contam com garantias reais.

Os empréstimos obtidos por Entidades Estruturadas estão garantidos pelos próprios ativos dos projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela Companhia, não possuem garantias reais.

17. Arrendamentos mercantis

17.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Compromissos Estimados	Recebimentos			Consolidado Pagamentos		
	Valor			Valor		
	Valor futuro	Juros Anuais	Presente	Valor futuro	Juros Anuais	Presente
2015	197	(123)	74	25	(4)	21
2016 – 2019	2.908	(1.779)	1.129	188	(84)	104
2020 em diante	6.702	(2.086)	4.616	658	(581)	77
Em 30 de setembro de 2015	9.807	(3.988)	5.819	871	(669)	202
Circulante			257			44
Não circulante			5.562			158
Em 30 de setembro de 2015			5.819			202
Circulante			157			42
Não circulante			3.866			148
Em 31 de dezembro de 2014			4.023			190

17.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado
2015	19.229
2016 - 2019	165.210
2020 em diante	232.772
Em 30 de setembro de 2015	417.211
Em 31 de dezembro 2014	314.505

Em 30 de setembro de 2015, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 246.285 no Consolidado (R\$ 184.778 em 31 de dezembro de 2014).

No período de janeiro a setembro de 2015, a Companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 24.611 (R\$ 18.046 no período de janeiro a setembro de 2014).

18. Partes relacionadas

18.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

18.1.1. Por operação (controladora)

	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
- Contas a receber, principalmente por vendas	10.411	-	10.411	10.224	-	10.224
- Dividendos a receber	45	-	45	1.053	-	1.053
- Operações de mútuo	-	270	270	-	6.828	6.828
- Adiantamento para aumento de capital	-	500	500	-	397	397
- Valores vinculados à construção de gasoduto	-	879	879	-	868	868
- Arrendamentos mercantis financeiros	42	860	902	-	-	-
- Outras operações	614	188	802	410	133	543
	11.112	2.697	13.809	11.687	8.226	19.913
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.512)	(4.502)	(6.014)	(1.608)	(4.229)	(5.837)
Financiamentos sobre operações de créditos	(7.753)	-	(7.753)	(5.010)	-	(5.010)
Operações de mútuo	-	(44.753)	(44.753)	-	(29.816)	(29.816)
Pré pagamento de exportação	(20.405)	(91.288)	(111.693)	(20.907)	(46.607)	(67.514)
Fornecedores	(16.457)	-	(16.457)	(10.827)	-	(10.827)
- Compras de petróleo, derivados e outras	(8.243)	-	(8.243)	(7.101)	-	(7.101)
- Afretamento de plataformas	(7.786)	-	(7.786)	(3.312)	-	(3.312)
- Adiantamento de clientes	(428)	-	(428)	(414)	-	(414)
Outras operações	(161)	(98)	(259)	-	(143)	(143)
	(46.288)	(140.641)	(186.929)	(38.352)	(80.795)	(119.147)
Resultado						
Receitas, principalmente de vendas					Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
					111.327	114.616
Variações monetárias e cambiais líquidas					(10.215)	(411)
Receitas (despesas) financeiras líquidas					(6.900)	(3.107)
					94.212	111.098

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.1.2. Por empresa (controladora)

	Resultado				30.09.2015	31.12.2014			30.09.2015	31.12.2014
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Total	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Passivo Total
Subsidiárias e Controladas^(*)										
BR	67.806	69.853	1.707	20	1.727	8.981	(262)	(20)	(282)	(295)
PIB-BV Holanda	5.413	15.550	2.555	141	2.696	2.373	(31.275)	(136.042)	(167.317)	(104.879)
Gaspetro	8.116	7.097	1.192	879	2.071	2.320	(465)	-	(465)	(440)
PNBV	630	832	3.454	35	3.489	2.859	(9.436)	-	(9.436)	(4.031)
Transpetro	665	559	450	-	450	356	(1.082)	-	(1.082)	(941)
Fundo de Investimento Imobiliário	(222)	(155)	17	-	17	63	(187)	(1.659)	(1.846)	(1.331)
Termoelétricas	(141)	(145)	(1)	264	263	292	(132)	(1.016)	(1.148)	(1.094)
TAG	(864)	(60)	187	860	1.047	402	(2.051)	-	(2.051)	(2.233)
Outras Controladas	3.486	3.888	1.105	492	1.597	1.722	(837)	-	(837)	(960)
	84.889	97.419	10.666	2.691	13.357	19.368	(45.727)	(138.737)	(184.464)	(116.204)
Entidades estruturadas										
CDMPI	(43)	(28)	-	-	-	-	(227)	(1.306)	(1.533)	(1.702)
PDET Off Shore	(170)	(105)	-	-	-	-	(246)	(521)	(767)	(926)
	(213)	(133)	-	-	-	-	(473)	(1.827)	(2.300)	(2.628)
Coligadas										
Empresas do Setor Petroquímico	9.533	13.807	412	-	412	535	(9)	(77)	(86)	(236)
Outras Coligadas	3	5	34	6	40	10	(79)	-	(79)	(79)
	9.536	13.812	446	6	452	545	(88)	(77)	(165)	(315)
	94.212	111.098	11.112	2.697	13.809	19.913	(46.288)	(140.641)	(186.929)	(119.147)

(*) Inclui suas controladas e negócios em conjunto.

18.1.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Até 5%	-	-	(5.815)	(4.269)
De 5,01% a 7%	-	-	(36.320)	(23.713)
De 7,01% a 9%	-	-	(2.618)	(1.834)
Acima de 9,01%	270	6.828	-	-
	270	6.828	(44.753)	(29.816)

18.2. Fundo de investimento em direitos creditórios

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP e FIDC-P que são destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP e FIDC-P estão registrados em caixa e equivalentes de caixa ou títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Controladora	
	30.09.2015	31.12.2014
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	11.805	8.334
Cessões de direitos creditórios	(20.654)	(18.603)
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Receita Financeira FIDC P e NP	589	129
Despesa Financeira FIDC P e NP	(1.475)	(1.075)
Resultado financeiro	(886)	(946)

18.3. Garantias concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	30.09.2015					31.12.2014
Data de Vencimento das Operações	PGF	PGT	PNBV	TAG	Outros	Total
2015	–	3.576	4.001	–	–	7.577
2016	23.604	–	3.218	–	–	26.822
2017	18.871	–	3.239	–	1.240	23.350
2018	21.440	9.932	12.171	–	3.167	46.710
2019	30.596	23.440	9.753	–	789	64.578
2020	18.725	21.176	2.643	–	–	42.544
2021 em diante	106.634	31.818	13.927	17.980	3.896	174.255
	219.870	89.942	48.952	17.980	9.092	385.836

18.4. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 30 de setembro de 2015, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da Petrobras, da TAG e suas controladas, e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos Gasene, Malhas, CDMPI, CLEP e Marlim Leste (P-53), equivalentes a R\$ 26.414 (R\$ 17.594 em 31 de dezembro de 2014).

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	30.09.2015			31.12.2014		
	Jan-Set/ 2015 Resultado	Ativo	Passivo	Jan-Set/ 2014 Resultado	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas						
Distribuidoras estaduais de gás natural	7.630	1.178	308	7.786	1.343	519
Empresas do setor petroquímico	9.580	417	88	13.107	545	219
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	1.311	488	2.477	1.795	405	699
	18.521	2.083	2.873	22.688	2.293	1.437
Entidades governamentais						
Títulos públicos federais	994	7.099	–	1.162	11.525	–
Bancos controlados pela União Federal	(11.213)	9.401	103.219	(5.135)	10.131	75.181
Setor Elétrico (nota explicativa 7.4)	1.795	12.960	–	806	7.879	–
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal (nota explicativa 18.6)	–	853	–	–	843	–
União Federal (Dividendos)	–	–	–	(61)	–	–
Outros	102	1.342	612	(29)	639	595
	(8.322)	31.655	103.831	(3.257)	31.017	75.776
Planos de Pensão	–	–	166	–	–	358
	10.199	33.738	106.870	19.431	33.310	77.571
Receitas, principalmente de vendas	19.843			23.471		
Variações monetárias e cambiais líquidas	(5.143)			(1.523)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(4.501)			(2.517)		
Ativo Circulante		11.322			17.837	
Ativo Não Circulante		22.416			15.473	
Passivo Circulante			16.230			4.928
Passivo Não Circulante			90.640			72.643
	10.199	33.738	106.870	19.431	33.310	77.571

18.6. Contas petróleo e álcool – União Federal

Em 30 de setembro de 2015, o saldo da conta era de R\$ 853 (R\$ 843 em 31 de dezembro de 2014) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo à União Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a administração da Companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito, para liquidação do saldo da conta petróleo e álcool, tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011. O processo encontra-se em fase de perícia.

18.7. Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais do pessoal chave da administração da Petrobras são apresentadas a seguir:

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Jan-Set/2015			Controladora Jan-Set/2014		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares e Suplentes)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	9,4	1,0	10,4	7,2	0,9	8,1
Encargos sociais ^(*)	2,5	0,2	2,7	1,9	0,1	2,0
Previdência complementar	0,6	–	0,6	0,5	–	0,5
Remuneração total - competência	12,5	1,2	13,7	9,6	1,0	10,6
Remuneração total - pagamento realizado	12,5	1,2	13,7	12,0	1,0	13,0
Número de membros	8	18	26	7	10	17

(*) A remuneração dos administradores tem por base dispositivos legais, além de diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST que orientou a inclusão dos encargos sociais na remuneração proposta na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Esses encargos já eram praticados em 2014, mas não eram evidenciados nas notas explicativas.

No período de janeiro a setembro de 2015, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 50,0 (R\$ 50,4 no período de janeiro a setembro de 2014).

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, deliberou alterar o Estatuto Social da Companhia para estabelecer, em seu artigo 18, que os membros do Conselho de Administração passem a ter suplentes em caráter excepcional por um prazo de dois anos; e em seu artigo 41, que os suplentes dos Conselheiros de Administração poderão participar como convidados de todas as reuniões do Conselho e receberão honorário mensal fixo, também sujeito ao montante global fixado pela Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária também deliberou sobre o acréscimo da remuneração global dos administradores definida na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2015, no valor de R\$ 754 mil para fazer face à remuneração dos membros suplentes do Conselho de Administração, considerando-se o período de julho de 2015 a março de 2016.

19. Provisões para desmantelamento de áreas

Passivo não circulante	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Saldo inicial	21.958	16.709
Revisão de provisão	(137)	6.196
Utilização por pagamentos	(2.798)	(1.603)
Atualização de juros	574	475
Outros	579	181
Saldo final	20.176	21.958

20. Tributos

20.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Consolidado			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
No país	2.779	2.705	626	370
No exterior	44	118	234	287
	2.823	2.823	860	657

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demais impostos e contribuições	Consolidado							
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Impostos no país:								
ICMS / ICMS Diferido	3.698	4.707	2.166	2.090	3.659	3.386	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS Diferido	2.858	2.201	7.925	7.923	1.331	784	-	-
CIDE	69	35	-	-	424	20	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	3.706	4.031	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	1.811	1.290	63	-
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	-	-	-	-	678	-	223	-
Outros	547	195	557	610	991	745	19	-
	7.172	7.138	10.648	10.623	12.600	10.256	305	-
Impostos no exterior	177	162	33	22	551	540	-	-
	7.349	7.300	10.681	10.645	13.151	10.796	305	-

20.2. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em 16 de julho de 2015, em razão de decisão desfavorável na esfera administrativa, a Petrobras liquidou a autuação lavrada pela Receita Federal do Brasil referente à incidência de IOF em transações de mútuos realizadas pela Companhia com suas controladas no exterior durante o ano de 2008, o que resultou em um pagamento de R\$ 1.183 em espécie e R\$ 397 com créditos de prejuízos fiscais totalizando R\$ 1.580.

Adicionalmente, tendo em vista a publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.064 e da Instrução Normativa RFB nº 1.576/15, em 3 de agosto de 2015, que esclareceram quanto à possibilidade de inclusão de novos débitos tributários no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei nº 12.996/14, a Companhia decidiu incluir os débitos tributários federais listados abaixo:

- demais autuações referentes ao IOF em transações de mútuos realizadas pela Companhia com suas controladas no exterior durante os anos de 2007, 2009 e 2010, além do tributo de mesma natureza relativo à totalidade dos períodos não autuados (2011 e 2012), no montante de R\$ 3.035. A partir de 2013, a Companhia alterou seu procedimento, portanto, não há risco de novas autuações de IOF neste tipo de operação;
- autuações relativas a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre as remessas para a Petrobras International Finance Company (PIFCO), para pagamento de operações de importação de petróleo e derivados, referentes aos períodos de 1999 a 2002, 2004, 2005 e 2007 a 2012, no montante de R\$ 2.840.
- multas por descumprimento de procedimentos relativos ao despacho aduaneiro na importação de petróleo e derivados, referentes aos períodos de 2008 a 2013, no montante de R\$ 46.

Os débitos tributários federais foram incluídos na modalidade parcelada em 30 vezes, com o pagamento em dinheiro de 20% do saldo remanescente após a aplicação dos descontos e utilização de créditos de prejuízos fiscais para quitação de juros e multa. O prazo para inclusão de novos débitos encerrou-se em 25 de setembro de 2015.

Dessa forma, no período de janeiro a setembro de 2015, a Companhia reconheceu no resultado o total de R\$ 7.501, sendo R\$ 5.027 como despesas tributárias e R\$ 2.474 como despesas financeiras. Deste valor, já houve quitação de R\$ 6.216, sendo R\$ 3.156 em espécie, R\$ 1.806 em créditos de prejuízos fiscais e R\$ 1.254 em depósitos judiciais.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.3. Programas de Anistias Estaduais

Em 1º de julho de 2015, a Petrobras e o Estado do Rio de Janeiro assinaram Termo de Ajustamento de Conduta Tributária, nos termos da Lei Estadual 7.020/2015, pelo qual a Companhia liquidou débitos referentes a autuações de ICMS no valor de R\$ 520 e se comprometeu a adotar metodologia de apuração do imposto definida entre as partes para encerramento do diferimento do ICMS incidente sobre o gás natural destinado às usinas termoeletricas localizadas no Estado.

Em 30 de setembro de 2015, a Petrobras liquidou débitos tributários junto ao Estado do Espírito Santo no montante de R\$ 302, por meio do Programa de Anistia instituído pela Lei nº 10.376/2015, referentes a autuações por aproveitamento de créditos em desacordo com o Regulamento de ICMS do Espírito Santo, bem como pela falta de recolhimento do ICMS em operações com derivados de gás natural.

Nesses acordos a Companhia reconheceu no resultado o total de R\$ 822, sendo R\$ 723 como despesas tributárias e R\$ 99 como despesas financeiras.

20.4. Legislação tributária – Lei nº 12.973

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

A regulamentação desta Lei se deu por intermédio da Instrução Normativa nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, e pela Instrução Normativa nº 1.520, de 04 de dezembro de 2014 da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia optou pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 da Lei nº 12.973/2014, referentes à adoção do novo regime tributário, em substituição ao RTT, a partir do exercício de 2015.

20.4.1. Tributação no Brasil de Lucro no Exterior

A Companhia reconheceu despesas com provisionamento de imposto de renda e contribuição social no país no montante de R\$ 2.061, referentes aos lucros auferidos até 30 de setembro de 2015 por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na nova legislação tributária.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado									
	Imobilizado		Emprésti- mos, contas a receber / pagar e financia- mentos	Arrenda- mentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Juros sobre capital próprio	Outros	Total
	Custo com prospecção	Outros								
Em 1º de janeiro de 2014	(31.405)	(9.385)	4.648	(1.214)	957	11.271	1.346	3.145	78	(20.559)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.844)	10.172	779	(85)	420	6.752	(21)	(3.162)	(1.986)	8.025
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	4.734	(97)	-	(459)	-	-	3.175	7.353
Ajuste acumulado de conversão	-	(184)	9	-	(4)	338	10	(2)	(177)	(10)
Outros (*)	-	(46)	(15)	(177)	24	(130)	-	-	156	(188)
Em 31 de dezembro de 2014	(36.249)	557	10.155	(1.573)	1.397	17.772	1.335	(19)	1.246	(5.379)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.728)	(2.759)	643	(114)	764	9.876	204	24	(7.734)	(2.824)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	205	24.672	(205)	-	(1.418)	-	-	-	23.254
Ajuste acumulado de conversão	-	586	(13)	-	(3)	2.474	7	(4)	(2.820)	227
Utilização de créditos tributários - REFIS	-	-	-	-	-	(1.806)	-	-	-	(1.806)
Outros	-	(98)	248	21	(3)	120	51	-	(214)	125
Em 30 de setembro de 2015	(39.977)	(1.509)	35.705	(1.871)	2.155	27.018	1.597	1	(9.522)	13.597
Impostos diferidos ativos										2.673
Impostos diferidos passivos										(8.052)
Em 31 de dezembro de 2014										(5.379)
Impostos diferidos ativos										14.753
Impostos diferidos passivos										(1.156)
Em 30 de setembro de 2015										13.597

^(*) Representado, basicamente, por reorganizações societárias.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.6. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Set/ 2015	Jan-Set/ 2014
Lucro antes dos impostos	5.933	9.634
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(2.017)	(3.276)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	2.034	1.924
Tributação no Brasil de Lucro de Empresas no Exterior	(2.061)	–
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(1.571)	(889)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente (nota explicativa 3)	–	(2.223)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas ^(*)	(1.807)	(224)
Outros	(100)	92
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.522)	(4.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.824)	(2.188)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.698)	(2.408)
	(5.522)	(4.596)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	93,1%	47,7%

^(*) Inclui principal da contingência de IOF (nota 20.2) e equivalência patrimonial.

21. Benefícios concedidos a empregados

21.1. Planos de pensão e de saúde

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido e contribuição variável, no país e exterior, e mantém um plano de assistência médica, com benefícios definidos, que atende aos empregados de empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes.

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está representada a seguir:

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado				
	Planos de pensão		Saúde	Outros	Total
	Petros	Petros 2	AMS	planos	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	12.515	284	16.397	257	29.453
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	7.576	363	5.777	8	13.724
(+) Custos incorridos no exercício	1.881	116	2.714	62	4.773
(-) Pagamento de contribuições	(579)	–	(930)	(12)	(1.521)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(478)	–	–	–	(478)
Outros	1	(1)	(1)	(32)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.916	762	23.957	283	45.918
Circulante	1.170	–	939	6	2.115
Não Circulante	19.746	762	23.018	277	43.803
	20.916	762	23.957	283	45.918
(+) Custos incorridos no período	2.176	187	2.626	66	5.055
(-) Pagamento de contribuições	(433)	–	(866)	(42)	(1.341)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(271)	–	–	–	(271)
Outros	–	–	–	92	92
Saldo em 30 de setembro de 2015	22.388	949	25.717	399	49.453
Circulante	1.308	–	939	6	2.253
Não Circulante	21.080	949	24.778	393	47.200
	22.388	949	25.717	399	49.453

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Consolidado				
	Plano de Pensão		Saúde	Outros	Total
	Petros	Petros 2	AMS	planos	
Custo do serviço	206	112	328	28	674
Juros líquidos sobre Passivo/(Ativo) líquido	1.970	75	2.298	38	4.381
Custo Líquido em Jan-Set/2015	2.176	187	2.626	66	5.055
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	646	99	626	4	1.375
Diretamente no resultado	329	76	374	59	838
Relativa aos inativos	1.201	12	1.626	3	2.842
Custo Líquido em Jan-Set/2015	2.176	187	2.626	66	5.055
Custo Líquido em Jan-Set/2014	1.220	87	1.810	44	3.161

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 6.367 (R\$ 6.151 em 31 de dezembro de 2014).

No período de janeiro a setembro de 2015, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R\$ 636 (R\$ 560 de janeiro a setembro de 2014).

21.2. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

Em março de 2014, a companhia concluiu as negociações com as entidades sindicais sobre uma nova metodologia para regramento da PLR, finalizando, assim, o processo iniciado no Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015.

Com as novas regras, o montante de PLR a ser distribuído aos empregados é calculado com base no resultado de seis indicadores corporativos, cujas metas são definidas a cada ano pela Administração da companhia.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O resultado do atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro a ser distribuído aos empregados.

Entretanto, ainda segundo a nova metodologia, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior.

PLR do período findo em 30 de setembro de 2015

O montante provisionado relativo à estimativa de PLR do período jan-set/2015 está demonstrado a seguir:

	Jan-Set/2015
Lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras	2.102
Percentual do cumprimento global de metas ^(*) aplicável à PLR	6,25%
Participação nos lucros ou resultados - Empresas controladas no Brasil	131
Participação nos lucros ou resultados	131

^(*) O percentual do cumprimento global de metas é resultado dos seguintes indicadores: Limite de Volume de Petróleo e Derivados Vazado, Custo Unitário de Extração sem Participação Governamental- Brasil, Produção de Óleo e LGN- Brasil, Carga Fresca Processada-Brasil, Eficiência das Operações com Navio, Atendimento à Programação de Entrega de Gás Natural.

21.3. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

Em janeiro de 2014, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) que é fruto do Programa de Otimização de Produtividade – POP, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de março de 2014, estando sujeita a alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA, além do reconhecimento das parcelas variáveis.

Até o mês de setembro de 2015, a Companhia registrou 6.206 desligamentos e 655 desistências de empregados que aderiram ao PIDV, cuja movimentação da provisão está representada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.035
Revisão de provisão	112
Utilização por desligamento	(539)
Saldo em 30 de setembro de 2015	608
Circulante	405
Não Circulante	203

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social realizado

Em 30 de setembro de 2015, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

22.2. Outros Resultados Abrangentes

No período de janeiro a setembro de 2015 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, decorrentes da desvalorização de 49,6% do real frente ao dólar norte-americano, os seguintes efeitos:

- No ajuste acumulado de conversão, o montante de R\$ 27.361 decorrente da conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior com moeda funcional diferente do real;
- No *hedge* de fluxo de caixa de exportação, o patrimônio líquido foi reduzido no período em R\$ 68.393 (R\$ 45.140 líquido de impostos), totalizando em 30 de setembro de 2015 o valor de R\$ 95.063 (R\$ 62.741 líquido de impostos), conforme nota explicativa 31.

22.3. Lucro por ação

	Consolidado	
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	2.102	5.013
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº ações)	13.044.496.930	13.044.496.930
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	0,16	0,38

23. Receita de vendas

	Consolidado	
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Receita bruta de vendas	296.366	304.869
Encargos de vendas	(59.831)	(52.649)
Receita de vendas ^(*)	236.535	252.220
Diesel	74.431	73.984
Gasolina automotiva	38.854	40.982
Óleo combustível (incluindo bunker)	5.748	7.544
Nafta	6.748	10.149
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	6.988	6.526
Querosene de aviação (QAV)	8.166	9.819
Outros derivados de petróleo	8.607	10.236
Subtotal de derivados	149.542	159.240
Gás natural	14.465	13.900
Etanol, nitrogenados e renováveis	9.197	6.451
Eletricidade, serviços e outros	11.780	14.616
Mercado interno	184.984	194.207
Exportações	24.030	25.427
Vendas internacionais ^(**)	27.521	32.586
Receitas de vendas ^(*)	236.535	252.220

^(*) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 28.

^(**) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, exceto exportações.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

24. Outras despesas líquidas

	Consolidado	
	Jan-Set/ 2015	Jan-Set/ 2014
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(2.986)	(175)
Plano de pensão e saúde (inativos)	(2.842)	(1.509)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(2.634)	(1.807)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(1.286)	(291)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.051)	(1.337)
Resultado com alienação / baixa de ativos	(627)	(3.275)
Devolução de campos e projetos cancelados do E&P	(407)	(493)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(237)	(255)
Gastos com PIDV	(110)	(2.455)
Acordo coletivo de trabalho	–	(990)
Subvenções e assistências governamentais	38	117
Ressarcimento de gastos adicionais capitalizados indevidamente	230	–
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	989	542
Outros ^(*)	(341)	(27)
	(11.264)	(11.955)

^(*) Em 2014, inclui complemento de PLR no montante de R\$ 388, relativa ao exercício de 2013, conforme nota explicativa 22.7 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

25. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado	
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Matérias-primas e produtos para revenda	(77.428)	(108.257)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(46.459)	(38.350)
Depreciação, depleção e amortização	(27.005)	(21.869)
Gastos com pessoal	(22.657)	(23.863)
Participação governamental	(15.811)	(24.827)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(2.634)	(1.807)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(2.986)	(175)
Tributárias	(7.768)	(1.192)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(3.418)	(4.262)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.051)	(1.337)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(237)	(255)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(1.286)	(291)
Devolução de campos e projetos cancelados do E&P	(407)	(493)
Ressarcimento de gastos adicionais capitalizados indevidamente	230	–
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	–	(6.194)
Resultado com alienação / baixa de ativos	(627)	(3.275)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(566)	(4.163)
Variação dos estoques	2.079	(881)
	(208.031)	(241.491)
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(164.808)	(193.798)
Despesas com vendas	(9.465)	(12.230)
Despesas gerais e administrativas	(8.228)	(7.847)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(4.637)	(5.642)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.730)	(1.858)
Tributárias	(7.768)	(1.192)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	–	(6.194)
Outras despesas líquidas	(11.264)	(11.955)
Participação nos lucros ou resultados	(131)	(775)
	(208.031)	(241.491)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

26. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido ^(*)	(11.424)	(10)
Despesa com endividamentos	(16.195)	(11.679)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	1.663	1.771
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(25.956)	(9.918)
Encargos financeiros capitalizados	4.336	6.400
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	578	210
Resultado com títulos e valores mobiliários	78	(36)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas ^(**)	(2.831)	(81)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	682	1.339
Resultado financeiro líquido	(23.113)	(2.086)
Receitas	3.215	2.974
Despesas	(15.655)	(6.373)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(10.673)	1.313
	(23.113)	(2.086)

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

^(**) Inclui em 2015, R\$ 2.474 de despesa financeira pela adoção do REFIS.

27. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	Jan-Set/2015	Jan-Set/2014
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda e contribuição social	1.581	1.594
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.596	3.365
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	414	9
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	(48)	(26)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

28. Informações por segmento

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 30.09.2015

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Bio- combustíveis	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	14.124	36.119	9.246	8.506	8.097	201	111.813	(11.726)	176.380
Não circulante	456.685	146.730	67.762	11.382	41.781	2.192	29.789	(1.139)	755.182
Realizável a longo prazo	21.217	9.131	6.228	4.517	6.634	11	22.425	(974)	69.189
Investimentos	233	3.512	1.484	47	8.896	1.638	177	–	15.987
Imobilizado	427.557	133.459	59.067	6.207	24.585	543	6.620	(165)	657.873
Em operação	309.479	107.676	47.289	5.202	19.856	491	5.773	(165)	495.601
Em construção	118.078	25.783	11.778	1.005	4.729	52	847	–	162.272
Intangível	7.678	628	983	611	1.666	–	567	–	12.133
Ativo	470.809	182.849	77.008	19.888	49.878	2.393	141.602	(12.865)	931.562

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2014

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Bio- combustíveis	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	15.959	39.111	10.570	9.246	6.229	173	64.174	(10.439)	135.023
Não circulante	386.519	146.922	64.780	9.934	28.324	2.774	21.850	(2.751)	658.352
Realizável a longo prazo	17.874	9.573	3.749	3.217	4.908	8	13.359	(2.584)	50.104
Investimentos	531	4.800	1.393	39	5.912	2.221	386	–	15.282
Imobilizado	360.368	131.914	58.770	6.066	16.091	545	7.403	(167)	580.990
Em operação	263.794	108.747	47.460	4.595	9.870	502	5.562	(167)	440.363
Em construção	96.574	23.167	11.310	1.471	6.221	43	1.841	–	140.627
Intangível	7.746	635	868	612	1.413	–	702	–	11.976
Ativo	402.478	186.033	75.350	19.180	34.553	2.947	86.024	(13.190)	793.375

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 30.09.2015 ^(*)

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Bio- combustíveis	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	84.691	176.441	31.218	71.683	22.183	526	–	(150.207)	236.535
Intersegmentos	83.360	58.720	5.005	1.354	1.280	488	–	(150.207)	–
Terceiros	1.331	117.721	26.213	70.329	20.903	38	–	–	236.535
Custo dos produtos vendidos	(58.813)	(144.346)	(25.091)	(66.545)	(18.778)	(587)	–	149.352	(164.808)
Lucro bruto	25.878	32.095	6.127	5.138	3.405	(61)	–	(855)	71.727
Despesas	(8.456)	(10.192)	(3.473)	(4.336)	(2.509)	(113)	(14.525)	512	(43.092)
Vendas, gerais e administrativas	(1.027)	(5.557)	(1.095)	(4.088)	(1.835)	(79)	(4.528)	516	(17.693)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(4.273)	–	–	–	(364)	–	–	–	(4.637)
Pesquisa e desenvolvimento	(683)	(284)	(137)	(3)	(5)	(25)	(593)	–	(1.730)
Tributárias	(395)	(2.109)	(981)	(24)	(262)	(3)	(3.994)	–	(7.768)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.078)	(2.242)	(1.260)	(221)	(43)	(6)	(5.410)	(4)	(11.264)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	17.422	21.903	2.654	802	896	(174)	(14.525)	(343)	28.635
Resultado financeiro líquido	–	–	–	–	–	–	(23.113)	–	(23.113)
Resultado de participações em investimentos	(574)	1.094	254	(44)	289	(347)	(130)	–	542
Participação nos lucros ou resultados	–	(52)	(9)	(68)	–	(2)	–	–	(131)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	16.848	22.945	2.899	690	1.185	(523)	(37.768)	(343)	5.933
Imposto de renda e contribuição social	(5.924)	(7.430)	(899)	(250)	(188)	60	8.992	117	(5.522)
Lucro líquido (Prejuízo)	10.924	15.515	2.000	440	997	(463)	(28.776)	(226)	411
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	10.946	15.530	1.750	440	752	(463)	(26.627)	(226)	2.102
Acionistas não controladores	(22)	(15)	250	–	245	–	(2.149)	–	(1.691)
	10.924	15.515	2.000	440	997	(463)	(28.776)	(226)	411

^(*) A relação das empresas por segmento de atuação está apresentada na nota explicativa 11.1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 30.09.2014 ^(*)

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Bio-combustíveis	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	118.625	198.227	30.491	72.806	25.175	436	–	(193.540)	252.220
Intersegmentos	117.882	69.212	2.706	2.013	1.347	380	–	(193.540)	–
Terceiros	743	129.015	27.785	70.793	23.828	56	–	–	252.220
Custo dos produtos vendidos	(60.640)	(209.786)	(26.840)	(66.866)	(22.537)	(523)	–	193.394	(193.798)
Lucro bruto	57.985	(11.559)	3.651	5.940	2.638	(87)	–	(146)	58.422
Despesas	(11.868)	(13.617)	(5.754)	(4.741)	(1.550)	(118)	(9.661)	391	(46.918)
Vendas, gerais e administrativas	(633)	(5.246)	(4.302)	(4.396)	(1.349)	(82)	(4.462)	393	(20.077)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(5.377)	–	–	–	(265)	–	–	–	(5.642)
Pesquisa e desenvolvimento	(946)	(315)	(144)	(2)	(3)	(22)	(426)	–	(1.858)
Tributárias	(76)	(162)	(195)	(21)	(176)	(1)	(561)	–	(1.192)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(1.969)	(3.427)	(652)	(23)	(23)	–	(100)	–	(6.194)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.867)	(4.467)	(461)	(299)	266	(13)	(4.112)	(2)	(11.955)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	46.117	(25.176)	(2.103)	1.199	1.088	(205)	(9.661)	245	11.504
Resultado financeiro líquido	–	–	–	–	–	–	(2.086)	–	(2.086)
Resultado de participações em investimentos	(6)	316	368	(1)	404	(96)	6	–	991
Participação nos lucros ou resultados	(269)	(215)	(37)	(45)	(16)	–	(193)	–	(775)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	45.842	(25.075)	(1.772)	1.153	1.476	(301)	(11.934)	245	9.634
Imposto de renda e contribuição social	(16.258)	7.468	506	(400)	(392)	70	4.494	(84)	(4.596)
Lucro líquido (Prejuízo)	29.584	(17.607)	(1.266)	753	1.084	(231)	(7.440)	161	5.038
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	29.592	(17.594)	(1.293)	753	927	(231)	(7.302)	161	5.013
Acionistas não controladores	(8)	(13)	27	–	157	–	(138)	–	25
	29.584	(17.607)	(1.266)	753	1.084	(231)	(7.440)	161	5.038

^(*) A partir de 2014, o ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de Outras receitas (despesas), líquidas para Custo dos produtos e serviços vendidos.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio Internacional

Demonstração do resultado

							30.09.2015
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	4.562	11.236	1.304	9.950	37	(4.906)	22.183
Intersegmentos	2.353	3.710	83	4	36	(4.906)	1.280
Terceiros	2.209	7.526	1.221	9.946	1	–	20.903
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	778	299	161	204	(572)	26	896
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	847	302	219	172	(814)	26	752

Demonstração do resultado

							30.09.2014
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	5.493	13.606	864	8.730	46	(3.564)	25.175
Intersegmentos	2.175	2.643	60	4	29	(3.564)	1.347
Terceiros	3.318	10.963	804	8.726	17	–	23.828
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	1.240	(141)	154	261	(404)	(22)	1.088
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	1.438	(67)	183	241	(846)	(22)	927

Ativo consolidado por área de negócio internacional

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Em 30.09.2015	37.902	6.724	1.867	3.213	4.369	(4.197)	49.878
Em 31.12.2014	25.557	4.944	1.255	2.497	3.267	(2.967)	34.553

Como desdobramento da criação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade e extinção da Diretoria Internacional, recentemente foram aprovados ajustes organizacionais nas demais áreas de negócio envolvendo a transferência da gestão de atividades da área de negócio internacional. Considerando os necessários detalhamentos para integração da gestão dessas atividades, a Companhia ainda está apresentando separadamente os resultados da área internacional.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

29. Processos judiciais e contingências

29.1. Processos judiciais provisionados, depósitos judiciais e processos judiciais não provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: processos trabalhistas, destacando-se diferenças de cálculo nos repousos semanais remunerados; processos fiscais incluindo demandas relacionadas à falta de recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação e à não homologação de compensações de PIS/COFINS; e processos cíveis referentes a perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI, cobrança de royalties sobre a atividade de extração de xisto e indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	2.637	1.904
Processos fiscais	1.624	276
Processos cíveis	2.124	1.770
Processos ambientais	160	105
Outros processos	14	36
	6.559	4.091
Saldo inicial	4.091	2.918
Adição	3.041	1.775
Utilização	(597)	(740)
Atualização de juros	177	155
Outros	(153)	(17)
Saldo final	6.559	4.091

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Ativo não circulante		
Trabalhistas	2.631	2.464
Fiscais	3.376	2.671
Cíveis	2.592	1.760
Ambientais	299	213
Outros	16	16
	8.914	7.124

Os processos judiciais em que a Companhia não tenha condições de mensurar com suficiente confiabilidade o efeito financeiro de seus resultados ou para os quais não seja provável uma saída de recursos, são classificados como passivos contingentes e não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são divulgados, a menos que a possibilidade de qualquer desembolso seja remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 30 de setembro de 2015, para os quais a probabilidade de perda não é considerada remota, são apresentados na tabela a seguir (Consolidado):

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Natureza	Estimativa
Fiscais	93.476
Cíveis - Gerais	15.254
Trabalhistas	14.351
Cíveis - Ambientais	5.234
Outras	2
	128.317

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1) Discussão sobre a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas para pagamentos de afretamentos de plataformas. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	22.235
2) Não homologação de compensação por falta de cumprimento de obrigação acessória. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	10.150
3) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL e multa sobre a repactuação do Plano Petros e dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas diversas incorridas em 2007 e 2008 relacionadas a benefícios empregatícios e PETROS. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	7.330
4) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005 até 2010, não incluso na base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	6.436
5) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	5.001
6) Discussão acerca da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente paga a empregados. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	2.384
7) Cobrança da CIDE-Combustível no período de março de 2002 a outubro de 2003 em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas judiciais liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	2.004
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	
8) Afastamento de cobrança de ICMS e multa na importação de sonda de perfuração – admissão temporária em São Paulo e desembaraço no Rio de Janeiro e multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	5.067
9) O Fisco autuou a Companhia em razão da utilização de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como pelo uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES. Situação atual: A questão envolve três autos de infração que se encontram na esfera administrativa.	2.172
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados PR, AM, BA, DF, ES, PA, PE e RJ	
10) ICMS sobre diferença na medição inicial e final de estoques nas vendas de petróleo e gás Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	1.612
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	
11) ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	3.698
12) Discussão sobre a incidência de ICMS nas operações de venda de querosene de aviação, em razão da declaração de inconstitucionalidade do Decreto 36.454/2004. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	2.006
13) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes. Situação atual: A questão envolve dois autos de infração que se encontram na esfera administrativa, ainda	1.820

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

sem decisão da primeira instância julgadora.

Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Linhares, Vila Velha e Vitória.

14) Falta de retenção e recolhimento de imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN) em alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo, apesar da Petrobras ter realizado a retenção e o recolhimento desse imposto aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores de serviços, em conformidade com a Lei Complementar n.º 116/03.

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.

2.629

Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC

15) Os três Estados questionam o recolhimento do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia para o MS, embora este tenha sido o destinatário jurídico de tal importação, portanto, credor do mencionado tributo.

Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

2.085

Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e de Sergipe

16) Discussão sobre o aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.

Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.

1.122

Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA

17) Cobrança de ICMS em operações de consumo interno, exportação ou equiparadas de óleo bunker

Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial.

1.228

Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco

18) Alteração da base de cálculo do ICMS sobre as atividades realizadas quando da passagem do gás natural pelos pontos de entrega ("city-gates") situados no Estado de Pernambuco, que, no entendimento da receita estadual, representariam industrialização, o que, fazendo pressupor a existência de estabelecimentos no citado Estado, descaracterizaria as operações como sendo interestaduais.

Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial.

1.373

19) Processos diversos de natureza fiscal

13.124

Total de processos de natureza fiscal

93.476

Descrição dos processos de natureza cível

Estimativa

Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP

1) Processo que discute a determinação da ANP de unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, na Bacia de Campos, causando reflexos no recolhimento das participações especiais (PE).

Situação atual: A questão envolve processo judicial e arbitragem. Por força de decisões judiciais e do próprio Tribunal Arbitral a cobrança das supostas diferenças de PE encontra-se suspensa.

3.734

2) Processo administrativo que discute diferença de participação especial e royalties em vários campos. Inclui também discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades nos sistemas de medição de plataformas.

Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas.

3.642

Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.

3) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina e derivados (Diesel e GLP) no mercado interno.

Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, onde a Companhia foi condenada em 1ª instância. A Companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo certo que o CADE já analisou o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da Petrobras.

1.533

4) Processos diversos de natureza cível

6.345

Total de processos de natureza cível

15.254

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária e IAP - Instituto Ambiental do Paraná	
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16.07.2000. Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a Companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.	2.270
2) Processos diversos de natureza ambiental	2.964
Total de processos de natureza ambiental	<u>5.234</u>

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa
Autor: SINDIPETRO dos estados do ES, RJ, BA, MG e SP.	
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). Situação atual: A Companhia ajuizou perante o Tribunal Superior do Trabalho dissídio coletivo de natureza jurídica, no qual, em 19 de outubro de 2015, foi julgado procedente o pedido da Petrobras e encaminhado ao Tribunal Pleno para uniformização do entendimento sobre a matéria no âmbito do TST	3.411
Autor: SINDIPETRO do Norte Fluminense e SINDIPETRO do estado da Bahia	
2) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes da alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, observando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49. Situação atual: Referente ao processo de autoria do SINDIPETRO/BA, a Cia. interpôs recurso que se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. No processo em que figura como autor o SINDIPETRO/NF, a Cia. propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado.	1.236
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF	
3) O Autor objetiva a condenação da PETROBRAS a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a PETROBRAS seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobre aviso, sob pena de multa diária. Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	1.081
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	8.623
Total de processos de natureza trabalhista	<u>14.351</u>

29.2. Ação coletiva (*class action*) e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a Companhia perante Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court, Southern District of New York). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 (“Ação Coletiva Consolidada”). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited (“USS”), em 4 de março de 2015, que apresentou petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar investidores que: (i) adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 (o “Período da Classe”) e que sofreram perdas; (ii) adquiriram as 2012 Notes de acordo com o 2009 Registration Statement ou as 2013 Notes ou as 2014 Notes de acordo com o 2012 Registration Statement dentro do Período da Classe e que sofreram perdas; e (iii) adquiriram valores mobiliários da Petrobras no Brasil durante o Período da Classe e que também adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América no mesmo período.

O autor líder da ação coletiva consolidada alega que a Companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e as políticas anti-corrupção da Companhia, em função de denúncias de corrupção alegadas com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado artificialmente o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Em 17 de abril de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos apresentaram Motion to Dismiss, uma defesa em que são apresentados argumentos jurídicos requerendo a extinção sumária do processo.

Em 9 de julho de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre a Motion to Dismiss apresentada pela Petrobras, acolhendo parcialmente os argumentos da Companhia. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, que os pleitos relacionados à emissão de certos títulos de dívida realizada nos EUA em 2012 com base no Securities Act de 1933 estão prescritos e que os pedidos relativos aos valores mobiliários adquiridos no Brasil estão sujeitos à resolução por arbitragem, conforme previsto no Estatuto Social da Petrobras. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na Motion to Dismiss e, com base nesta decisão, a Ação Coletiva Consolidada continuará quanto aos demais pleitos apresentados pelo autor líder.

Adicionalmente, até a presente data, dezenove ações foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque nos Estados Unidos (Southern District of New York) com alegações similares às aquelas apresentadas na ação coletiva. Em 21 de agosto de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos apresentaram Motion to Dismiss e, em 15 de outubro de 2015, o juiz acolheu parcialmente essa defesa. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, a prescrição de certos pleitos baseados no Securities Act de 1933, no Exchange Act de 1934 e em legislações estaduais. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na Motion to Dismiss e, com base nesta decisão, essas ações terão seguimento.

Em 31 de outubro de 2015, o juiz determinou que a Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais serão resolvidas por um júri em um único julgamento que deverá durar no máximo 8 semanas.

Em 5 de novembro de 2015, o Juiz determinou que a audiência de julgamento começará no dia 19 de setembro de 2016.

Essas ações estão em estágio preliminar e envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o ritmo do procedimento probatório (*discovery*), o cronograma definido pela corte, o tempo das decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, análises de peritos, o potencial de as partes iniciarem negociações e a intenção das partes contrárias de negociar de boa fé um potencial acordo.

Além disso, as pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades e os autores não indicaram um montante do dano alegado na Ação Coletiva Consolidada ou nas ações individuais.

As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas ações. Como resultado, a Companhia não é capaz de estimar com confiança a potencial perda nesses litígios.

Caso a decisão do litígio seja contrária ou se houver um acordo, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período.

A Companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado e irá se defender firmemente em relação às alegações feitas nessas ações.

30. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 6.349 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 4.924 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 4.147 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 777 referem-se a garantias bancárias.

31. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia em 30 de setembro de 2015, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada				Vencimento
	Valor Justo		Posição Ativa (Passiva)		
	Valor nocional				
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014	
Derivativos não designados como <i>Hedge</i>					
Contratos Futuros ^(*)	(11.836)	(4.314)	258	186	
Compra/Petróleo e Derivados	67.521	84.544	-	-	2015
Venda/Petróleo e Derivados	(79.357)	(88.858)	-	-	2015
Contratos de Opções ^(*)	257	(594)	117	2	
Compra/Petróleo e Derivados	(3.700)	(364)	30	(1)	2015
Venda/Petróleo e Derivados	3.957	(230)	87	3	2015
Contratos a Termo			1	3	
Compra/Câmbio (ARS/USD)	USD 0	USD 10	-	(3)	2015
Venda/Câmbio (BRL/USD)	USD 34	USD 249	1	6	2015
SWAP			-	-	
Juros - Euribor/taxa fixa	EUR 1	EUR 5	-	-	2015
Derivativos designados como <i>Hedge</i>					
SWAP			(147)	(113)	
Câmbio - <i>cross currency swap</i>	USD 298	USD 298	(60)	(59)	2016
Juros - Libor/taxa fixa	USD 396	USD 419	(87)	(54)	2020
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			229	78	

(*) Valor nocional em mil bbl

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do período ^(*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido ^(**)		Garantias dadas como colaterais	
	Jan-Set/ 2015	Jan-Set/ 2014	Jan-Set/ 2015	Jan-Set/ 2014	30.09.2015	31.12.2014
Derivativos de commodities	531	255	–	–	29	17
Derivativos de moeda	70	(21)	17	14	–	–
Derivativos de juros	(23)	(24)	(8)	3	–	–
Derivativo embutido - etanol	–	–	–	–	–	–
	578	210	9	17	29	17
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações ^(***)	(4.193)	(1.052)	(68.393)	(4.404)	–	–
	(3.615)	(842)	(68.384)	(4.387)	29	17

^(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

^(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período.

^(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 31.2.

A análise de sensibilidade com relação aos diferentes tipos de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta com base em sua posição em instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2015 é apresentada a seguir:

		Consolidado		
		Cenário Provável ^(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Operações	Risco			
Derivativos não designados como <i>Hedge</i>				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	258	(187)	(631)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	137	34	69
Contratos a Termo	Câmbio - Valorização do ARS frente ao USD	–	–	–
SWAP	Juros - Queda de taxa de Juros em EUR	–	–	–
Opções	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	117	(27)	(186)
		512	(180)	(748)
Derivativos designados como <i>Hedge</i>				
SWAP		(31)	(237)	(395)
Dívida	Câmbio -Apreciação do JPY frente ao USD	31	237	395
Efeito Líquido		–	–	–
SWAP		11	(4)	(6)
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	(11)	4	6
Efeito Líquido		–	–	–

^(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 0,2% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 1,8% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 16,8% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 0,22% ao longo da curva / Curva Futura de EURIBOR - aumento de 0,15% ao longo da curva. Fonte: Focus e Bloomberg.

31.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos existentes referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los considerando uma análise integrada dos negócios aproveitando os benefícios inerentes à diversificação. No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

a) **Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras altamente prováveis da Companhia**

A relação de *hedge* entre dívida e exportações foi estabelecida na proporção de 1/1, ou seja, para a parcela de exportação de cada mês foi designada uma relação de *hedge* individual, protegida por uma parcela do endividamento da Petrobras. O prazo médio de vencimento das dívidas consideradas é de aproximadamente 8,1 anos.

Os valores de referência (principal) e valor justo em 30 de setembro de 2015, além da realização anual do saldo da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes tomando como base uma taxa BRL/USD de 3,9729, no patrimônio líquido são apresentados a seguir:

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2014	50.858	135.088
Designação de instrumento de proteção	13.041	41.220
Realização por exportações	(3.999)	(12.243)
Amortização de endividamento	(2.234)	(7.529)
Variação Cambial (jan a set/15) (*)	–	72.565
Valor em 30 de setembro de 2015	57.666	229.101

(*) Não contempla o montante de R\$ 21 de variação cambial de contratos de câmbio definidos como derivativo financeiro.

A seguir é apresentada a expectativa anual de realização do saldo em 30 de setembro de 2015, da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido:

	Consolidado									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2025	Total
Realização Anual	(2.809)	(11.393)	(12.757)	(13.365)	(11.762)	(10.026)	(9.596)	(9.859)	(13.496)	(95.063)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Hedge de fluxo de caixa envolvendo contratos de swap - lene x Dólar

A Companhia também mantém uma operação de *hedge* denominada *cross currency swap* para fixar em dólares norte-americanos os custos relacionados a *Bonds* emitidos em ienes, não tendo intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. A relação entre o derivativo e o empréstimo também foi designada como *hedge* de fluxo de caixa.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 30.09.2015	Risco	Consolidado		
			Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	9.146		16	2.286	4.573
Passivos	(252.848)	Dólar / Real	(452)	(63.212)	(126.424)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	229.101		409	57.275	114.551
	(14.601)		(27)	(3.651)	(7.300)
Passivos (**)	(2.402)	lene / Dólar	43	(601)	(1.202)
	(2.402)		43	(601)	(1.202)
Ativos	52	Euro / Real	(2)	13	26
Passivos	(9.094)		280	(2.274)	(4.547)
	(9.042)		278	(2.261)	(4.521)
Ativos	24.329	Euro / Dólar	(793)	6.082	12.165
Passivos	(50.045)		1.630	(12.511)	(25.023)
	(25.716)		837	(6.429)	(12.858)
Ativos	31	Libra / Real	1	8	16
Passivos	(2.741)		(56)	(685)	(1.371)
	(2.710)		(55)	(677)	(1.355)
Ativos	6.586	Libra / Dólar	124	1.647	3.293
Passivos	(14.567)		(274)	(3.642)	(7.284)
	(7.981)		(150)	(1.995)	(3.991)
Ativos	788	Peso / Dólar	113	197	394
Passivos	(2.525)		(364)	(631)	(1.263)
	(1.737)		(251)	(434)	(869)
	(64.189)		675	(16.048)	(32.096)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 0,2% / lene x Dólar - desvalorização do iene em 1,8% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 16,8% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 3,3% / Libra x Dólar - valorização da libra em 1,9% / Real x Euro - valorização do real em 3,1% / Real x Libra - desvalorização do real em 2,1%. Fonte: Focus e Bloomberg.

(**) Parte da exposição está protegida pelo derivativo *Cross Currency Swap*.

31.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

31.4. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e como contrapartes em operações de derivativos e está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados “grau de Investimento” pelas classificadoras internacionais de riscos e os mais importantes bancos brasileiros.

31.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimizando as disponibilidades e reduzindo a necessidade de capital de giro; caixa mínimo robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em caso de mercado adverso; ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade de financiamento dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento com novos produtos de captação de recursos e em novos mercados.

Atualmente, essa estratégia tem sido obtida, por exemplo, através de acesso ao mercado bancário asiático. Ao longo de 2015, a Companhia tem utilizado as fontes tradicionais de financiamento (Export Credit Agency - ECAs, mercado bancário e mercado de capitais) para captar os recursos necessários para a rolagem da dívida e financiamento dos investimentos. Adicionalmente, o programa de desinvestimento 2015/2016 irá contribuir para o suprimento das necessidades de liquidez.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	30.09.2015	31.12.2014
	24.271	72.508	68.407	85.664	107.398	392.187	750.435	477.331

32. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta desta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos não circulantes e os passivos são os mesmos ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	4.377	–	–	4.377
Derivativos de commodities	375	–	–	375
Derivativos de Moeda Estrangeira	–	–	–	–
Saldo em 30 de setembro de 2015	4.752	–	–	4.752
Saldo em 31 de dezembro 2014	7.390	6	–	7.396
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	–	(59)	–	(59)
Derivativos de Juros	–	(87)	–	(87)
Saldo em 30 de setembro de 2015	–	(146)	–	(146)
Saldo em 31 de dezembro 2014	–	(116)	–	(116)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

Em 30 de setembro de 2015, o valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.1.

33. Eventos subsequentes

Plano de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV BR 2015

Em 13 de outubro de 2015, a controlada Petrobras Distribuidora S.A., implementou um novo Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV BR 2015), a fim de adequar o efetivo da Companhia compatibilizando-os com as expectativas dos empregados.

O período de inscrições ao PIDV se encerrará em 30 de dezembro de 2015 e a estimativa do custo com as indenizações, caso todos os elegíveis aderirem será de R\$ 135.

Sale Leaseback P-52 e P-57

Em 13 de outubro de 2015 a Companhia comunicou que concluiu as negociações com o Industrial and Commercial Bank of China Leasing – ICBC Leasing para uma operação de financiamento de US\$ 2 bilhões pelo período de 10 anos, através de uma estrutura de leasing financeiro de duas plataformas existentes (P-52 e P-57), pertencentes à sua controlada PNBV.

A disponibilização dos recursos depende do cumprimento das condições precedentes por ambas as instituições.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

- Cisão da Gaspetro e criação da Petrobras Logística de Gás S.A.

Em 23 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a cisão parcial da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), que tem como objetivo segregar os ativos e passivos relacionados ao negócio de distribuição de gás natural dos demais ativos e passivos da empresa, tornando a Gaspetro uma holding que consolidará as participações da Petrobras nas distribuidoras de gás natural.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O Conselho aprovou também a criação de uma nova subsidiária integral da Petrobras (Petrobras Logística de Gás S.A.) com a finalidade de receber os ativos e passivos não relacionados ao negócio de distribuição de gás natural segregados da Gaspetro.

- Venda de participação na Gaspetro

Em 23 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou ainda a alienação de 49% das ações de emissão da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), holding que consolidará as participações societárias da Petrobras nas distribuidoras estaduais de gás natural, para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., pelo valor de R\$ 1,9 bilhão, ficando a conclusão da operação sujeita a determinadas condições precedentes incluindo a aprovação pelos órgãos competentes.

Tais operações fazem parte do Programa de Desinvestimentos previsto no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019.

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

34. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2014 e 30 de setembro de 2015

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2014	ITR do 3T-2015
A Companhia e suas operações	1	1
Base de apresentação das informações contábeis intermediárias	2	2
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia	3	3
Base de consolidação	(*)	4
Práticas contábeis	4	5
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	7	6
Contas a receber	8	7
Estoques	9	8
Vendas e incorporações de ativos	10	9
Investimentos	11	10
Imobilizado	12	11
Intangível	13	12
Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	14	13
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	15	14
Fornecedores	16	15
Financiamentos	17	16
Arrendamentos mercantis	18	17
Partes relacionadas	19	18
Provisão para desmantelamento de áreas	20	19
Tributos	21	20
Benefícios concedidos a empregados	22	21
Patrimônio Líquido	23	22
Receita de vendas	24	23
Outras despesas, líquidas	25	24
Custos e Despesas por natureza	26	25
Resultado Financeiro líquido	27	26
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	28	27
Informações por segmento	29	28
Processos judiciais e contingências	30	29
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	32	30
Gerenciamento de riscos	33	31
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34	32
Eventos subsequentes	35	33

(*) Sumário das principais práticas contábeis

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas no ITR de 30 de setembro de 2015 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
Novas normas e interpretações	6
Contingências Ativas	30.3
Compromisso de compra de gás natural	31
Gestão de capital	33.4
Seguros	33.7